

# ESPAÇO PÚBLICO E TERRITORIALIZAÇÕES NOTURNAS NO CENTRO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE: PRAÇA ARY COELHO E SEU ENTORNO

PUBLIC SPACE AND NIGHT TERRITORIALIZATIONS  
IN CAMPO GRANDE CITY DOWNTOWN:  
ARY COELHO SQUARE AND ITS SURROUNDINGS

**Nataniél Dal Moro**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## **Correspondência**

Rua Lúcia de Souza Mello, 467, centro,  
Sidrolândia – MS – CEP: 79170-000  
E-mail: [natanieldalmoro@bol.com.br](mailto:natanieldalmoro@bol.com.br)

## **Resumo:**

Este artigo externa algumas territorializações noturnas existentes na Praça Ary Coelho e no entorno desse espaço público; territorializações essas que nem sempre foram realizadas pelo povo comum, mas sim pela sociedade de modo geral. Utilizou-se basicamente duas fontes de pesquisa: a primeira calçou-se na análise de escritos elaborados por memorialistas e a segunda na análise de matérias jornalísticas publicadas pelo Jornal Correio do Estado nas décadas de 1960-70.

## **Palavras-chave:**

História Social da Cidade, Espaço público, Territorializações noturnas, Povo comum.

## **Abstract:**

The objective of this communication is to show some night territorializations existing at Ary Coelho Square and in the surroundings of this public space; such territorializations were not always carried out by common people, but by the society in general. For this aim i used basically two research sources: the first was based on the analysis of the documents written by memorialists and the second, on the analysis of news articles published by Jornal Correio do Estado in the 60's and 70's.

## **Key-words:**

Social History of the City, Public space, Night territorializations, Common people.

## Introdução

Ao realizar o meu mestrado em História Social no Programa de Estudos Pós-Graduados em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) defini como objetivo geral explicitar alguns dos processos pelos quais foram constituídas as representações sobre a modernização urbano-citadina e também, concomitantemente com isso, abordei a questão dos trabalhadores que ocupavam o espaço público do centro da cidade de Campo Grande. Além disso, externei as representações que foram elaboradas sobre o cotidiano desse povo comum que, de certa forma, fazia do espaço público também um espaço privado.<sup>1</sup>

Pesquisar sobre este assunto e escrever tal texto<sup>2</sup> consistiu em apontar parte dos nexos constitutivos da realidade brasileira e, igualmente, da história do outrora sul do Estado de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul, cuja capital política e administrativa possui como sede o Município de Campo Grande.<sup>3</sup> Municipalidade essa que em 1960 tinha menos de 75.000 mil habitantes, sendo que em 1980 possuía mais de 290.000 mil residentes; grande parte constituída de migrantes, em especial de migrantes provenientes dos Estados de São Paulo, do Paraná, de Minas Gerais, da Bahia e do Rio Grande do Sul. Nem todos esses migrantes, bem como uma parte da população local, conseguiram contribuir para o chamado “progresso” citadino.

Surgiu, então, mas como “problema social”, para as mais diversas ‘autoridades’ públicas e privadas, o povo comum. Esses sujeitos, por sua vez, ocupavam territórios de variadas formas, principalmente o espaço público da cidade de Campo Grande, em particular as calçadas das vias públicas de comércio que eram mais movimentadas, tais como a Rua 14 de Julho e a Avenida Calógeras, que não deixavam de ser símbolos da modernidade local, que paulatinamente eram modernizados.

---

<sup>1</sup> Utilizo os termos “povo comum” e/ou “pessoas comuns” no sentido atribuído por HOBBSAWM (1990), no texto *A outra história: algumas reflexões*. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 18-33. Ver ainda: SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62; SCHMITT, Jean-Claude. *A história dos marginais*. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 352-390; ROCHE, Daniel. *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004; THOMPSON, Edward Palmer. *A história vista de baixo*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 185-201; THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 e HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Vale frisar que tanto Frederick Krantz (1990, p. 10-11) como Eric Hobsbawm (1990, p. 18) ressaltaram que George Rudé foi um dos pioneiros – para Hobsbawm ele foi “ilustre pioneiro” – no estudo do “homem comum” e/ou da “história da gente comum”. Consultar também a obra de um dos professores de Rudé, LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>2</sup> Pode-se ter acesso, na íntegra, ao texto: MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP, São Paulo, 2007, pelo site <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5367](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5367)>.

<sup>3</sup> O que chamo de “sul de Mato Grosso” é, hoje, o atual Estado de Mato Grosso do Sul (MS). MS foi criado no dia 11 de outubro de 1977 por meio da divisão territorial do então Estado de Mato Grosso.

Para analisar essa realidade de modernização urbano-citadina e de representações sobre os trabalhadores utilizei, com grande proveito, as reflexões elaboradas por Marx, Engels, Gramsci, Benjamin, Bourdieu, Hobsbawm, Thompson, Williams, Chartier, Sharpe, Santos, Touraine, Faoro, Deleuze e Guattari. As análises das fontes e das reflexões teóricas indicaram que o processo de modernização urbano-citadino privilegiou sobremaneira a elite campo-grandense e que as representações elaboradas sobre o povo comum e também a respeito das suas práticas cotidianas, como a alimentação, a higiene corporal e a moradia, foram vistas como demeritivas ao “progresso”.

Portanto, o povo comum não devia se fazer presente no centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande, já que depunha, material e simbolicamente, contra a representação de “progresso” que estava sendo construída, uma vez que a modernização, sobretudo a econômica, foi algo constante no decorrer das décadas de 1960 e de 1970. Contudo, pouco ou quase nada abordei na minha dissertação sobre o espaço público do centro da cidade de Campo Grande durante o período da noite. Sendo assim, o objetivo do presente texto consiste em externar algumas das territorializações noturnas existentes na Praça Ary Coelho e, mas como elemento não tão central, as do entorno desse espaço público.

Para tanto utilizei basicamente duas fontes de pesquisa. A primeira calcou-se na análise de escritos feitos por memorialistas, em especial sobre a primeira metade do século XX. Posteriormente utilizei matérias existentes no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE). Neste Arquivo, localizado na cidade de Campo Grande e muito receptivo aos pesquisadores e população em geral, coletei matérias das mais diversas sobre a cidade em questão.

### **Um espaço físico e suas diversas territorializações institucionais**

O espaço territorial sobre o qual se constituiu o centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande não teve até a primeira década do século XX nenhum tipo de planejamento mais sistematizado que primasse pelos princípios do arruamento nos moldes dos quadrados, o popular traçado em tabuleiro de xadrez.

De 1875, quando foram construídas algumas moradias de taipa, até o ano de 1909, data da elaboração da *Planta da Cidade de Campo Grande*<sup>4</sup>, o princípio que imperou foi o do “alinhamento natural”, como demonstrou Valério de Almeida<sup>5</sup>, mesmo sem ter tal propósito, pois as construções seguiram as margens dos córregos Prosa e

---

<sup>4</sup> Para uma observação da referida Planta, consultar CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 41 e, sobretudo, EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 36.

<sup>5</sup> O objetivo de Almeida não era o de tratar da questão citadina, mas sim da “luta pela ordem e pela justiça”, contudo, ao mencionar tais assuntos, fez a seguinte afirmação sobre a organização das construções existentes em Campo Grande por volta do ano de 1889, dizendo que “[...] o povoado mal se equilibrava em um número nada superior a 50 habitações entre ranchos e casebres alinhados às margens do rio Prosa e do Segredo, de permeio com capoeiras e moitas de mato margeando estradas esburacadas.” ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 57.

Segredo e não um traçado proposto pela racionalidade da utilização do espaço físico.

Paulo Coelho Machado, considerado como um dos mais importantes memorialistas, talvez o mais expressivo da cidade de Campo Grande, também externou afirmação capital sobre a estrutura urbana desregrada que existia antes da efetivação da *Planta da Cidade de Campo Grande*. Vejamos:

Só havia então moradores na atual Rua 26 de Agosto, durante algum tempo conhecida por Rua Velha, mas a que os nossos edis deram o nome de Rua Afonso Pena, em homenagem ao então presidente da República, que decidira aprovar o novo traçado da estrada de ferro que passava por Campo Grande.

Essa primeira rua, na planta, ficou inclinada em relação às demais, de tal forma que nos trabalhos de arruamento teve que ser dividida em dois segmentos, a partir do local em que se projetou uma pequena praça, que tomou depois a denominação de Costa Marques, lembrando o primeiro governador que visitou nossa cidade, formando-se as Ruas Barão de Melgaço e Joaquim Murtinho, mas que restaram sem denominação.

Algumas casas estavam fora do alinhamento. Como eram casas velhas, em geral de taipa, permaneceram assim, em posição assimétrica, até que, paulatinamente, foram substituídas por outras, já devidamente posicionadas. O arruamento obedeceu a figuras geométricas regulares e linhas retas, sem atender às sugestões topográficas. Os lotes foram numerados de 1 até 382.<sup>6</sup>

Sobretudo em razão da presença de alguns profissionais do setor militar, o alinhamento natural de Campo Grande foi, aos poucos, eliminado. Sem dúvida a elaboração da *Planta da Cidade de Campo Grande* e da *Planta do Rocio e Villa de Campo Grande*<sup>7</sup>, em 1910, contribuíram muito para uma transformação do espaço urbano de Campo Grande e do seu entorno, bem como a ação de alguns políticos, como do prefeito municipal Arlindo de Andrade Gomes que mandava demolir construções que agrediam a “fisionomia da cidade”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1, p. 108-109.

<sup>7</sup> Esta Planta foi publicada na obra de CONGRO, op. cit., p. 39. Costa Marques foi o primeiro governador (na época dizia-se presidente) de Mato Grosso a viajar até o então sul do Estado de Mato Grosso, isso no ano de 1912. “Nessa viagem gastou duzentos dias.” MACHADO, op. cit., 1990, p. 135.

<sup>8</sup> “Na confluência da Av. Afonso Pena com a Rua 14, onde hoje se eleva o Edifício Santa Olinda, havia uma casa, velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua, alugada ao libanês José Elias. O prefeito, dr. Arlindo de Andrade, achando-a uma agressão à fisionomia da cidade, condenou-a e determinou aos Irmãos Suarez, proprietários da mesma, que a demolissem. Por turra ou estribados em direito, eles não a derribavam. Certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e picaretas, puseram-na abaixo. De manhã, era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas. O alcaide era sociólogo, escritor e botânico, de palavra fácil e cascadeante, de cultura sólida e espírito rutilante, mas nesse dia surgiu nele o caboclo da serra de Timbaúba, sua região natal.” Para maiores detalhes sobre a ação modernizadora do prefeito Arlindo, consultar: SERRA, Ulisses. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 25. Timbaúba, que além de nome de serra também é nome de município, fica na zona da Mata, no Estado de Pernambuco (PE), Região Nordeste do Brasil.

Se por um lado não se pode afirmar que desde os primórdios de Campo Grande, que foi por volta de 1872-75, o local teve planejamento urbano, por outro não se pode negar que o espaço público, em especial o laico, constituiu-se, de direito e de fato, somente a partir de 1909.

Até 1909 o espaço público era o espaço da rua, sobretudo a Rua Afonso Pena, posteriormente denominada de Rua 26 de Agosto<sup>9</sup>, do pátio da “capelinha” da Igreja de Santo Antônio, construída em 1877 e de um estacionamento para os carros-de-boi e demais animais, como cavalos, utilizados pelos habitantes, por boiadeiros e demais pessoas, que ficava no final da Rua Afonso Pena, depois chamada de Praça Costa Marques<sup>10</sup>. Portanto, antes de 1909 não havia, pelo menos nas fontes analisadas, outros locais propriamente públicos. Com a efetivação da *Planta da Cidade de Campo Grande* esta situação começou a ser transformada, porém muito lentamente.

*Imagem 1*

Capela da Igreja de Santo Antônio (final do século XIX).



<sup>9</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 13.

<sup>10</sup> Atual Praça dos Imigrantes.

Portanto, a *Planta da Cidade de Campo Grande* de 1909 definiu a existência de três praças, além daquela que já havia. Uma praça entre a então Avenida Marechal Hermes<sup>11</sup> e a Rua Barão do Rio Branco (atual Praça da República, conhecida também como Praça do Rádio, mas que com a divisão de Mato Grosso foi denominada de Praça Presidente Ernesto Geisel<sup>12</sup>), uma outra já mais próxima da Estação Ferroviária da NOB, chamada de Praça da Concórdia (quadra em que foi construído o prédio dos Correios)<sup>13</sup>, que foi suprimida entre os anos de 1914 a 1915 em razão do poder público ter concedido lotes para “diversos” sujeitos<sup>14</sup> e uma última praça, denominada de Passeio Público<sup>15</sup>, cuja localização era entre a Avenida Marechal Hermes e a Rua 15 de Novembro.<sup>16</sup>

Para efetivar o território da última praça, foi necessário desativar o cemitério existente em parte do território da referida praça. Sendo assim, o campo santo foi deslocado para os altos da atual Avenida Bandeirantes e depois para quase 2 quilômetros da área em que estava inicialmente, em terreno doado por Armando de Oliveira que, por sua vez, foi assassinado e inaugurou ele mesmo o referido campo santo, cujo nome era Cemitério Santo Antônio.<sup>17</sup> O local que outrora era utilizado como cemitério passou a ser um espaço público, só não mais tanto para os mortos, mas sim para os vivos.

---

<sup>11</sup> De 1909 até 1936 esta via pública foi denominada de Avenida Marechal Hermes. No ano de 1936 teve sua denominação alterada para Avenida Afonso Pena, em homenagem ao Presidente da República de mesmo nome, já que foi ele quem autorizou o engenheiro Emílio Schnnor, no início do século XX, a elaborar o traçado da estrada de ferro que passou por Campo Grande, depois chamada Noroeste do Brasil (NOB). Ruas & praças contam a história da cidade. In: *ARCA: Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS. Campo Grande*, ARCA, n. 6, 1998, p. 23.

<sup>12</sup> Ruas & praças contam a história da cidade. In: *ARCA*, op.cit., p. 13.

<sup>13</sup> Uma parte da então Praça da Concórdia compõe a Praça Aquidauana, que fica entre as Ruas Barão do Rio Branco e Dom Aquino, relativamente próxima do córrego Segredo e dos trilhos da outrora NOB.

<sup>14</sup> “Praça da Concórdia. Este projetado logradouro público foi suprimido da Planta da cidade, com a concessão feita em 1914 a 1915 dos terrenos situados na sua face de leste. O traçado da Estrada de Ferro, por sua vez, na parte final da rua Anhanduí, suprimiu por completo o trânsito de veículos desta para a rua Aquidauana, cujo acesso era feito somente por pedestres por uma estreita faixa existente entre a via férrea e um prédio pertencente ao Sr. Bernardo Franco Baís. Tendo este senhor proposto à Intendência recuar o mencionado prédio, alargando a faixa também referida, de modo a facilitar o trânsito por aquele ponto, dei ao seu requerimento o seguinte despacho: “Considerando ter a Intendência Municipal, em 1914 e 1915, concedido a diversos os lotes que figuram na planta da cidade sob as letras A B C D E F sobre o terreno que formava a Praça da Concórdia que desta forma foi suprimida [...]” CONGRO, op. cit., p. 106.

<sup>15</sup> Para observar a referida Planta, na qual consta a denominação de “Passeio Público”, consultar o livro de: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho*. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 87.

<sup>16</sup> RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980, p. 90.

<sup>17</sup> MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade: primeiro juiz de direito de Campo Grande*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988, p. 32.

Tendo em vista isso, pode-se dizer que surgiu no ano de 1909 um espaço público, com a particularidade de ser mais laico do que religioso, até então não existente em Campo Grande. No ano de 1913 tal espaço foi denominado de Praça 2 de Novembro, sendo que no ano de 1915 passou a ser chamado de Praça Municipal. Já em 1922 foi edificado um coreto e uma pérgula e em 1925 surgiu o Pavilhão do Chá.<sup>18</sup>

*Imagem 2*

Jardim Municipal na cidade de Campo Grande.  
Hoje Praça Ary Coelho. Data provável da imagem: década de 1920.



<sup>18</sup> Ruas & praças contam a história da cidade. In: *ARCA*, op. cit., p. 12.

Neste local, por volta de meados da década de 1920, e sobretudo nos anos posteriores, eram feitas atividades cidadinas das mais diversas, tais como a realização de músicas por parte de orquestra e a venda de bebidas e alimentos aos frequentadores do espaço. Além disso, deve-se frisar que o respectivo espaço em questão não era, em tese, território para todos os tipos de sujeitos e que a presença de pessoas no local era determinada por horários. Nos dias úteis, o funcionamento era das 6 às 22 horas. Já aos domingos e feriados o encerramento ia até às 24 horas.<sup>19</sup>

O espaço público da Praça do Jardim, que em 1921 foi denominado oficialmente de Praça da Independência<sup>20</sup>, era pensado como “centro vital da vida em sociedade”, sociedade essa que era mais laica do que religiosa. Sendo assim,

[...] faz-se pulsar como centro vital da vida em sociedade a área da Praça do Jardim, para a partir dela imprimir-se formas laicizadas de sociabilidade, demonstrando com isto a forte predominância do pensamento republicano por parte da elite local.

Corroborando a questão, o coreto estabelecido no *Jardim Público* – como ficou conhecida a praça central – tem como objetivo a reunião de pessoas em torno da musicalidade da Banda Municipal. Sendo o Jardim o principal ponto do passeio público local, para ele pensa-se e projeta-se a construção de um prédio denominado *Pavilhão do Chá*, estabelecimento com finalidade de diversificar as atividades de lazer e de encontro, sobretudo da elite em formação, visto se tratar de confeitaria e bar de fino trato.<sup>21</sup>

Em 1957 o coreto foi demolido e no lugar construiu-se outra obra: a Fonte Luminosa. Em homenagem ao prefeito de Campo Grande, que tinha sido assassinado em 1952 no Município de Cuiabá, este espaço público passou a ser chamado de Praça Ary Coelho.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> ARCA. *Arquivo de Atos e Despachos da Intendência*, livro 130-B, caixa 3, p. 36 a 40, 1925. Para maiores detalhes ver GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 40.

<sup>20</sup> GARDIN, op. cit., p. 39.

<sup>21</sup> GARDIN, op. cit., p. 38-39.

<sup>22</sup> Ruas & praças contam a história da cidade. In: ARCA, op. cit., p. 12. Observação: encontra-se o nome Ary escrito ora com Y e, por vezes, também com I. Optou-se por grafar o nome com Y. Ary Coelho nasceu em 1910 no Município de Paranaíba-MS, que faz fronteira com os Estados de Minas Gerais e de Goiás. Era médico e político.



*Imagem 3*

Fonte Luminosa no centro da Praça Ary Coelho, na cidade de Campo Grande



No entorno e nas proximidades da Praça Ary Coelho existia ainda toda uma estrutura cidadina que, pode-se dizer com toda precisão, era a melhor do sul de Mato Grosso e até mesmo de todo o Estado.

Havia a Farmácia Royal, que ficava na confluência da Avenida Afonso Pena com a Rua 14 de Julho e a Farmácia São José, ambas mencionadas nos escritos de Ulisses Serra.<sup>23</sup> Não se pode menosprezar a Padaria Espanhola<sup>24</sup>, o Bar Cinelândia, também na esquina da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena<sup>25</sup>, a Casa Mineira<sup>26</sup>, na Rua 15 de Novembro, e a Casa Mansour<sup>27</sup>, na Rua 14 de Julho, bem como várias outras.

Inúmeros clubes e cinemas também se faziam presentes no espaço do centro urbano, tais como os clubes: Líder, Tênis, Recreativo e Clube do Sílvio.<sup>28</sup> Já os cinemas eram: Cine Brasil (1910), Cine Ideal (1912), Cine Rio Branco, Cine Guanandy (1920), que posteriormente tornou-se o Cine Central, Cine Santa Helena (1926), Trianon Cine (1929), Cine Alhambra e Cine Rialto (1947).<sup>29</sup>

Além destas questões imbricadas aparentemente mais no campo da história institucional e comercial da Praça Ary Coelho, havia também outras, muitas das quais só se tornam possíveis de compreender na medida em que se passa a considerar os relatos de memorialistas e também da imprensa escrita, sobretudo jornais, não apenas e tão somente como meras fontes para a obtenção de dados, datas e delimitação de espaços físicos, mas sim como documentos que devem ser analisados, tal como externou Walter Benjamin<sup>30</sup>, a contrapelo. Sendo assim, que outras territorializações eram feitas em outros tempos no espaço da Praça Ary Coelho e no seu entorno, em especial durante a noite?

---

<sup>23</sup> SERRA, op. cit., p. 22-24 e p. 27-28.

<sup>24</sup> SERRA, op. cit., p. 29. Paulo Coelho Machado utilizou a seguinte grafia: “Padaria Hespanhola”. MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2, p. 120.

<sup>25</sup> MACHADO, op. cit., 1991, p. 42.

<sup>26</sup> MACHADO, op. cit., 1991, p. 33-34.

<sup>27</sup> MACHADO, op. cit., 1991, p. 112-114.

<sup>28</sup> SERRA, op. cit., p. 47.

<sup>29</sup> Para informações mais detalhadas, bem como fotos da fachada da maior parte dos cinemas mencionados, consultar: ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 103-106 e SERRA, op. cit., p. 53-54.

<sup>30</sup> “Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. Com isso já se disse o suficiente para o materialista histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. Como era de costume, a pilhagem é arrastada junto no cortejo triunfal. Costuma-se chamá-la de: bens culturais. No materialista histórico, eles terão de contar com um observador distanciado. Pois tudo o que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror. Eles devem a sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que os produziram, mas também à anônima servidão dos seus contemporâneos. Na há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo.” BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 157.

### **Cotidiano noturno da Praça Ary Coelho e seu entorno: espaço de inúmeras territorializações e local de diversas práticas**

Consultando textos escritos por pessoas públicas<sup>31</sup> como Valério de Almeida, Ulisses Serra e Paulo Coelho Machado e publicações da primeira metade do século XX pode-se afirmar que o espaço urbano da cidade de Campo Grande sempre foi territorializado, e sistematicamente reterritorializado<sup>32</sup>, por diversos sujeitos, bem como que o povo comum igualmente era parte da cidade.

Foi no espaço urbano do centro da cidade de Campo Grande, e isso tanto no espaço público como no privado, que se constituíram as mais diversas práticas sociais e os mais distintos jeitos culturais de viver o cotidiano. Pelas Ruas 14 de Julho e 15 de Novembro, bem como na própria Praça Ary Coelho, passavam/permaneciam comerciantes, senhoras do lar, profissionais liberais, sujeitos de “vida fácil”, trabalhadores de muitos ramos e uma incontável gama de outras pessoas.

Recorrendo novamente aos textos de Almeida, Serra e Machado, encontra-se uma quantidade significativa de pessoas da sociedade local e regional e de “pessoas comuns” que ocupavam variados espaços públicos da cidade de Campo Grande, isto ainda na primeira metade do século XX. Especificamente sobre as “pessoas comuns”, estas eram denominadas, para usar uma expressão contida em muitos destes escritos memorialistas, de “tipos populares”.<sup>33</sup>

Contudo, é preciso externar que nem sempre a territorialização ou reterritorialização efetivada pelas “pessoas comuns” foi aceita de bom grado pelas pessoas, entenda-se elite local, e sobretudo urbana, que indicavam os caminhos que a cidade e os sujeitos que nela estavam deviam seguir.

Em fonte datada do final da década de 1930<sup>34</sup> fica bem explicitado que a elite local fazia até certa questão em dar “algo” para os que pediam esmolas nas ruas da cidade de Campo Grande. Ao proceder dessa forma a elite<sup>35</sup> mostrava que tinha dinheiro até para dar aos “necessitados”.

---

<sup>31</sup> Entendo por “pessoas públicas” os sujeitos que empreendiam atividades de algum destaque público e social, como no caso de advogados e/ou de médicos que atuavam na política e também na área literária.

<sup>32</sup> Para entender este conceito, ver a obra dos autores DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

<sup>33</sup> Para outras informações, consultar: ALMEIDA, op. cit., p. 103-104; SERRA, op. cit., p. 101-102 e MACHADO, op. cit., 1991, p. 147-156.

<sup>34</sup> Refiro-me ao seguinte escrito: CAMPOS, Peri Alves. *1939 – Album de Campo-Grande*. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 65.

<sup>35</sup> Elite essa que era composta principalmente por produtores rurais (em especial os pecuaristas), comerciantes, militares e religiosos. De acordo com o memorialista José de Melo e Silva, que foi juiz de direito em 1946, na Comarca de Bela Vista, a cidade de Campo Grande possuía, por volta da década de 1930, o que ele chamou de “homens de cultura”, que eram os militares, e também os “homens de pensamento”, compostos pela sociedade local, notadamente pelos pecuaristas. MELO E SILVA, José. *Canaã do oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 85. Detalhe: esta obra foi publicada inicialmente no ano de 1947.

Portanto, demonstrava, em contrapartida, que tinha sim poder econômico e que era capaz de nortear os caminhos do território em que estava, que era o sul de Mato Grosso.<sup>36</sup> A quantidade de “pessoas comuns”, muitas das quais denominadas como “pedintes”, nessa época, era em torno de uns vinte e cinco sujeitos. Na década de 1970 chegaram a ser cerca de 250-300 sujeitos. Uma boa parte deles era de crianças e de adolescentes.<sup>37</sup>

Além desta territorialização, que era contínua e feita também durante a parte da noite, convém externar algumas outras territorializações humanas sobre o espaço citadino. Analisando os textos escritos por Ulisses Serra<sup>38</sup>, na verdade crônicas, pode-se afirmar que o período da noite na cidade de Campo Grande não era apenas um tempo para o descanso do corpo e para o silêncio citadino. Portanto, durante a noite a cidade também vivia e, em certa proporção, também contribuía para a constituição do coti-diano diurno.

Além destas territorializações, o mesmo Ulisses Serra mencionou outras, igualmente relevantes. Pela parte da noite, por exemplo, havia pessoas que ateavam fogo em casas comerciais do centro da cidade, provavelmente para se vingar dos seus proprietários, sendo que depois fugiam para a fronteira do Brasil com o Paraguai.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> Embora muitos líderes sulistas dissessem que o sul do Estado de Mato Grosso era forte economicamente (ver Bittar, 1997) e externassem dados percentuais desta vitalidade, tal posição precisa ser relativizada em âmbito nacional. Segundo Emílio Garcia Barbosa, mais de 2/3 do total da arrecadação de MT vinha do sul do Estado, entretanto, o mesmo não usufruía de tais contribuições, pois dizia-se, e esse era o pensar de boa parte das elites do sul, que a maior parte dos recursos ficava no norte, sobretudo na cidade de Cuiabá. Grosso modo, enquanto o pessoal do sul servia para trabalhar, o pessoal do norte servia para gastar (BARBOSA, Emílio Garcia. *Os barbosa em Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1961, p. 56). Já Arlindo de Andrade Gomes, também na década de 1920, mencionou que “Campo Grande é hoje o maior centro de actividade do Estado de Matto-Grosso, ligando-se por automoveis á todas as cidades do sul, ponto obrigatorio de permanencia de quantos vêm á fronteira. [...] A população de todo o sul, busca Campo Grande para a saude, para o commercio, para os estudos.” (ARCA – Arquivo de Atos e Despachos da Intendência, livro 130-B, caixa 3, p. 36 a 40, 1925). Por outro lado, vale aqui também explicitar, e por isso é que existe a pertinência de se relativizar o expressivo poder econômico do sul em âmbito nacional, o mesmo Arlindo plantou dois jequitibás, isto é, fez um “monumento verde” (SERRA, op. cit., p. 60) no Jardim Público (atual Praça Ary Coelho), no dia 7 de setembro de 1922, pois não tinha sido construído um “monumento escultórico” de “bronze e mármore” na cidade, tal qual em outras plagas do País para ser comemorada a Independência do Brasil. Ou seja, Campo Grande não era tão importante para os sujeitos que estavam distante dela, em especial fora do limites estaduais.

<sup>37</sup> Mais detalhes estão no segundo e terceiro capítulos da minha dissertação.

<sup>38</sup> Ulisses Serra nasceu no dia 1º de setembro de 1906 e morreu no mês de junho de 1972, meses depois de ter lançado o livro de crônicas intitulado “Camalotes e guavirais”, no dia 13 de outubro de 1971. Formou-se contador e era também bacharel em Direito pela Faculdade de Petrópolis. Atuou como tabelião na cidade de Campo Grande e era jornalista por escolha, sendo que foi admitido como membro da Ordem dos Velhos Jornalistas do Rio de Janeiro. Foi também membro da Academia Mato-Grossense de Letras e sócio honorário da Associação Comercial de Campo Grande. PONTES, José Couto Vieira. Camalotes e guavirais – por que este livro agrada? In: SERRA, op. cit., p. 7-10. A obra “Camalotes e guavirais”, que consultei, data de uma publicação de 1989, integrante da “Série Historiográfica”, viabilizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, assim como vários outros títulos, como, por exemplo, as obras “A Rua Velha” (1990) e “A Rua Principal” (1991), ambas de Paulo Coelho Machado, e várias outras.

<sup>39</sup> SERRA, op. cit., p. 25.

Durante a noite até mesmo autoridades oficiais “partiram” “às caladas da noite” para a cidade fronteiriça de Bela Vista<sup>40</sup>, fugindo de, ou evitando, maiores conflitos provocados por “interesses em choque” que, em todo caso, davam “à vila o sinistro aspecto de guerra”, isso no ano de 1913.<sup>41</sup>

Lendo os escritos de Paulo Coelho Machado<sup>42</sup>, que foram relatados na obra intitulada *Arlindo de Andrade: primeiro juiz de direito de Campo Grande*, pode-se afirmar que a noite produzia grande parte das notícias e dos trabalhos do dia vindouro.

Ainda em 1914 inaugurou-se o famoso cabaré, na Rua 7 de Setembro, entre as Ruas 14 e 13, que tomou o curioso nome de *Fecha Nunca*, de propriedade de um sírio vindo de Uberaba, que depois o alugou à famosa Viuvona. Funcionou longos anos no local e foi palco de brigas constantes e alguns crimes tenebrosos. Dele disse Emílio Barbosa: “Tornou-se o ponto preferencial de bebedeiras e valentias, de onde à noite partiam os tiros e de dia os enterros.”<sup>43</sup>

A presença de transeuntes durante a noite também não era desconsiderada, tanto que havia lampiões para iluminar o caminho destes antes da instalação da iluminação elétrica na cidade de Campo Grande, que se deu no ano de 1916. Antes, apenas a cidade de Corumbá tinha tal serviço em todo o Estado de Mato Grosso.<sup>44</sup>

Embora não exista apenas uma necessidade para a efetivação da iluminação em Campo Grande, mesmo que por meio de lampiões, Valério de Almeida<sup>45</sup> externou uma destas necessidades: a da segurança do próprio corpo.

---

<sup>40</sup> Esta cidade faz fronteira com o Paraguai.

<sup>41</sup> SERRA, op. cit., p. 33-35.

<sup>42</sup> Era natural da cidade de Campo Grande. Nasceu em 1917 e morreu em 1999. Ficou conhecido como “cronista-mor” da cidade de Campo Grande. Atuou na advocacia, na política partidária, exerceu cargos públicos, foi professor universitário e era um dos líderes da luta pró-divisão de Mato Grosso e criação do Estado de Mato Grosso do Sul, além de ser membro efetivo da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Possui vários artigos publicados em jornais, sobretudo no Correio do Estado, e mais de dez livros publicados, sendo a maior parte sobre a cidade de Campo Grande. MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Grande Avenida*. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande/Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer/União Brasileira de Escritores – Seção-MS, 2000, v. 5, p. 379-383.

<sup>43</sup> MACHADO, op. cit., 1988, p. 31.

<sup>44</sup> Apenas para mencionar, Paulo Coelho Machado afirmou, na obra “Arlindo de Andrade: primeiro juiz de direito de Campo Grande” (1988, p. 37), que a iluminação pública de Campo Grande data do dia 1º de janeiro de 1918.

<sup>45</sup> Valério de Almeida nasceu no dia 16 de novembro de 1899 e morreu no dia 16 de maio de 1971, na cidade de Corumbá. Era contabilista e jornalista. Ocupou diversos cargos públicos, inclusive no poder militar. Cooperou em muitos jornais, revistas e programas de rádio, além de ter participado da fundação de algumas associações de classe na cidade de Campo Grande, como a Associação Comercial de Campo Grande, a Maçonaria de Campo Grande e o Rádio Clube. (ALMEIDA, op. cit., p. 75). Felizmente seus textos foram divulgados de forma mais ampla via apoio do poder público municipal de Campo Grande, que no ano de 2003 tinha como líder do executivo municipal o senhor André Puccinelli. Tal política teve continuidade com o prefeito que sucedeu Puccinelli, o senhor Nelson Trad Filho. Em agosto de 2005 foi publicada a obra: BRASIL, Temístocles Paes de Sousa. *Ligeira notícia sobre a vila de Campo Grande e Relatório dos estudos para o abastecimento de águas aos quartéis de Campo Grande*.

Sim, porque sem os lampiões, dentro das trevas, o passante descuidado se arriscava a duas alternativas cada qual mais perigosa: cair dentro de algum buraco ou fossa abertos pelas enxurradas ou espetar-se nos chifres de um touro ou vaca bravos que faziam a via sacra pelos currais esparsos aqui e acolá.<sup>46</sup>

Os jogos noite adentro também ocorriam. Saber sobre as casas de jogo e sobre as pessoas que freqüentavam tal ambiente é um outro ponto bem adequado para enca-minharmos mais um pensar sobre a cidade de Campo Grande durante a noite.

Por volta da década de 1920, na Rua Dom Aquino, entre a Rua 14 de Julho e a Avenida Calógeras<sup>47</sup>, bem próximo da Praça Ary Coelho, havia uma territorialização legal até a meia-noite e, outra, ilegal, após tal horário. Observemos:

Ao comemorarmos o centenário da nossa Independência, o Presidente Epitácio Pessoa carregou para o Brasil, tanto quanto pôde, as atenções do mundo, mormente trazendo os soberanos belgas cobertos de glória pela resistência ao invasor prussiano. Para intensificar o turismo, o jogo foi permitido em todas as suas modalidades nas cidades consideradas climáticas e entre elas Campo Grande. Aqui se podia jogar até a meia-noite, mas em verdade se jogava a noite toda e em grande parte do dia. A Rua Dom Aquino, antiga 1º de Março, no trecho entre a Rua 14 de Julho e Av. Calógeras (antiga Santo Antônio), converteu-se na rua do jogo, do pecado e das mariposas.<sup>48</sup>

No período da noite pululavam as presenças dos jogadores trapaceiros, das mulheres de “vida fácil”, dos fugitivos, dos assassinos de aluguel. Havia também encontros amorosos e políticos, acertos de conta, rapinagem, engambelação aos jogadores de primeira viagem e muitas outras práticas.

Neste espaço não tão bem visto, coexistiam outras atividades, porém socialmente mais aceitáveis, como a musical, prova expressiva de que um mesmo espaço comporta inúmeras territorializações e diversas práticas. De acordo com o texto *O préstito carnavalesco de 1914*, escrito em 1941 por Almeida,

---

Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005. Esta obra foi distribuída gratuitamente. No entanto, o exemplar que possuo foi comprado no sebo “Maciel”, na cidade de Campo Grande, pelo valor de R\$ 14,91.

<sup>46</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 19.

<sup>47</sup> Via pública outrora chamada de Rua Santo Antônio, que teve seu nome alterado para homenagear João Pandiá Calógeras, pois ele contribuiu para a instalação na cidade de Campo Grande, no início da década de 1920, dos mais modernos quartéis militares brasileiros da época. RODRIGUES, José Barbosa. O patrono da Avenida. In: Ruas & praças contam a história da cidade. ARCA, op. cit., p. 25.

<sup>48</sup> SERRA, op. cit., p. 47.

[...] Miguel Garcia, Joaquim Bertolino, Mestrinho e Tobias eram exímios musicistas, formando, em conjunto, uma excelente orquestra, sendo o primeiro ótimo cantor, tendo, na sua mocidade, tomado parte ativa no elenco do teatro Lírico do Rio de Janeiro.

Valia a pena assistir às lindas noitadas que organizavam, quer fazendo música, quer levando peças teatrais à ribalta de um pequeno palco construído na hoje tristonha e abandonada Rua 26 de Agosto.<sup>49</sup>

Assistir filmes que começavam às 20:00 horas, evento “fartamente anunciado por foguetes e rojões que subiam ao céu em estrondos formidáveis”<sup>50</sup>, era outra realidade do cotidiano noturno de Campo Grande no início do século XX. Portanto, a vida noturna não era inexistente, nem tão pouco distante do cotidiano diurno.

Recorrendo aos textos existentes no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE) e que foram publicados durante as décadas de 1960 e de 1970 no impresso diário chamado Jornal Correio do Estado<sup>51</sup> vê-se que havia um cotidiano noturno de certa expressividade no centro da cidade de Campo Grande, já que muitas matérias, em especial as policiais, referiam-se ao mundo da noite, aos acontecimentos noturnos que tinham ocorrido algumas horas antes.

Porém, antes de adentrar em tal assunto, faz-se necessário minimamente tecer alguns comentários sobre o CE.

O CE como instituição possui efetiva participação na construção dos caminhos citadinos de Campo Grande e da então região sul de Mato Grosso como um todo, hoje Estado de MS. Embora no ano de 1954, quando começou a ser publicado, o CE fosse um “jornal de orientação política”, cuja contribuição monetária vinha dos integrantes da União Democrática Nacional (UDN), como afirmou em 1990 o próprio José Barbosa Rodrigues (que em 1954 assumiu a chefia da redação; posteriormente Barbosa Rodrigues tornou-se proprietário do CE, pois comprou as cotas dos demais sócios), o CE circulava de forma “precária, mas normalmente”.

Anos depois, portanto apenas

[...] a partir da década dos anos sessenta, a orientação política do órgão foi deixada de lado, tornando-se Correio do Estado um jornal independente e administrado empresarialmente. Durante sua existência, apoiando desinteressadamente candidatos a cargos eletivos, participou de eleições de Fernando Corrêa da Costa (duas vezes governador e senador), Marcílio de Oliveira Lima, Wilson Barbosa Martins, Plínio Barbosa Martins; Levy Dias a prefeito de Campo Grande. A Wilson Barbosa Martins deu apoio integral para a sua eleição a governador.

---

<sup>49</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 13.

<sup>50</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 18.

<sup>51</sup> Daqui em diante não menciono mais Jornal Correio do Estado, mas sim a sigla CE.

Dentre as grandes campanhas que incentivou e apoiou destacam-se: construção da usina do Mimoso (que resolveu o problema de energia elétrica de Campo Grande), a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Cuiabá-Campo Grande-Porto XV de Novembro (no rio Paraná), Divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, etc.<sup>52</sup>

O fragmento deste texto escrito por Barbosa Rodrigues, espécie de mentor e condutor do CE, expressa com bastante vivacidade o engajamento político deste meio de comunicação e sinaliza, em certa medida, o poder de atuação do CE na sociedade local e regional em pauta, pois houve, de fato, a concretização de vários projetos defendidos pelo CE. A conclusão da pavimentação asfáltica de Campo Grande até o então povoado de Porto XV de Novembro (divisa com SP), no final do ano de 1965, é um dos exemplos mais notáveis.

Este meio de comunicação – entenda-se empresa capitalista – constituiu-se e definiu-se como uma instituição de vanguarda no cenário estadual, já que defendia publicamente a divisão do Estado de Mato Grosso e a criação de uma outra Unidade Federativa no sul deste mesmo Estado, algo que os partidos políticos da época e muitos dos seus integrantes sequer intentavam fazer de forma aberta, escancarada, tal como fez o CE em inúmeros momentos.<sup>53</sup>

Feitas essas observações, considero imprescindível afirmar que o CE foi sim um veículo de comunicação, mais precisamente um “jornal de opinião”, de e para atuação política de um determinado grupo da elite cidadina de Campo Grande no então sul de Mato Grosso e no depois Estado de Mato Grosso do Sul.

No entender de Antonio Gramsci existem os “jornais de informação” e os “jornais de opinião”. O primeiro é um veículo que, basicamente, retransmite informações publicadas, veiculadas e, sobretudo, produzidas por outros meios de comunicação. Já o segundo, é, essencialmente, um meio de comunicação que produz informação.

Nos “jornais de opinião”,

[...] a rubrica tem uma outra função: serve para reafirmar os próprios pontos de vista, para detalhá-los, para apresentar, em contraditório, todas as suas facetas e toda a casuística. Revela-se o quanto é útil, “didaticamente”, este modo de “*repetir*” de forma não mecânica e sem pedantismo as próprias opiniões: a “repetição” adquire um caráter quase “dramático” e de atualidade, como obrigação de responder a

---

<sup>52</sup> RODRIGUES, José Barbosa. Correio do Estado: histórico. In: Os meios de comunicação em Campo Grande. *ARCA: Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*, Campo Grande, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, jan. 1990, p. 15-16. No início da década de 1970 circulavam na cidade de Campo Grande, além do jornal CE, o Diário da Serra, A Luta Matogrossense, O Matogrossense, Folha de Mato Grosso e A Voz Matogrossense.

<sup>53</sup> Uma análise bastante pertinente sobre esta questão está na obra *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*, de autoria da historiadora Marisa Bittar (1999). Os partidos de maior relevo eram: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



um adversário.<sup>54</sup>

Gramsci afirmou também que os jornais e as revistas – entenda-se todos os meios de comunicação – devem ser pensados como “verdadeiros partidos”<sup>55</sup> políticos, pois estas instituições são eficazes “[...] meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura.”<sup>56</sup> E, mais, que “[...] é preciso levar em conta os indivíduos singulares e sua atividade.”<sup>57</sup> Este fazer política do CE, via textos jornalísticos, interferiu em muitos campos da sociedade. O espaço urbano-citadino de Campo Grande seguramente foi um destes.

Embora nas matérias jornalísticas consultadas a cidade de Campo Grande apareça com mais destaque (ela foi quase sempre pensada como vítima) do que as pessoas que territorializavam os espaços públicos (estes representados como os alagozes), pode-se externar algumas destas territorializações e também as práticas noturnas de tais sujeitos.

A falta de cuidado para com as construções privadas, o descumprimento das leis de trânsito, algazarras em vias públicas, o desrespeito em relação aos demais transeuntes, bem como “senhoras” e “moças de família”, o alcoolismo, a prostituição de adultos, a exploração de crianças e de adolescentes por adultos, brigas, além dos roubos e dos furtos, eram as principais reclamações que foram externadas nas páginas do CE.<sup>58</sup>

Embora ocorressem também no período diurno, era durante a noite que tais práticas extrapolavam os padrões aceitáveis de tolerância e faziam do ambiente citadino algo ainda mais “deplorável” do que se observava durante o tempo em que havia claridade natural. Justamente por isso é que as práticas sociais realizadas durante a noite eram, em parte, as notícias da próxima edição do CE, tendo em vista que do ano de 1954 até a primeira metade da década de 1970 a edição do CE era vespertina.

Por outro lado, a cidade noturna não era “vítima” apenas dos transeuntes que territorializavam tal espaço. O poder público também foi representado como omissor em relação ao cuidado que devia ter para com alguns espaços públicos do centro da cidade de Campo Grande. Vejamos uma das denúncias do CE sobre a situação do “principal logradouro público” da cidade, no início da década de 1970, bem próximo

---

<sup>54</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 2, p. 243. Ver também o texto de MARX, Karl. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006 e um artigo publicado em 1924, que se chama *O Sul e o fascismo*, de GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 87-92.

<sup>55</sup> GRAMSCI, op. cit., 2006, p. 218.

<sup>56</sup> GRAMSCI, op. cit., 2006, p. 32.

<sup>57</sup> GRAMSCI, op. cit., 2006, p. 221.

<sup>58</sup> Maiores detalhes estão no terceiro capítulo da dissertação intitulada: *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, de minha autoria.

do ainda existente Relógio<sup>59</sup> da Rua 14 de Julho:

Por volta das 19 horas de quarta-feira, a reportagem CULTURA – CORREIO DO ESTADO, como o faz sempre, deu um giro pela cidade à cata de notícia para levar aos seus ouvintes e leitores.

Surpreendeu-nos as grandes falhas na iluminação pública, principalmente na Praça Dr. Ary Coelho, nosso principal logradouro público, no momento mergulhada em escuridão total, pois nada menos de vinte luminárias estavam queimadas.

Ampla e fartamente arborizada, a referida praça fica medonha quando envolvida na escuridão.<sup>60</sup>

Ademais, encontrei nas páginas do CE uma Campo Grande agitada e fervilhante no decorrer das décadas de 1960-70.<sup>61</sup> Uma cidade que não parava durante a noite. Não raro, o CE adjetivou tal cidade de forma idealizada e positiva, afirmando que ela tinha um ambiente calmo, tranqüilo e ordeiro. Quando não havia isso, já existia motivo suficiente para o CE redigir matérias sobre o caos citadino e a desordem empregada pelos sujeitos que utilizavam o espaço público.

Deparei-me com espaços públicos e também privados de intensa territorialização humana e de diversas práticas sociais e, não menos, visualizei uma cidade de muitas tensões e de grandes conflitos, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais, sobretudo pelo fato da cidade ser nestes anos ponto de chegada e de partida de milhares de migrantes.

---

<sup>59</sup> O Relógio em questão foi inaugurado no dia 23 de agosto de 1933, às 9 horas, e demolido no início da década de 1970. (MACHADO, op. cit., 1991, p. 23). Ele ficava na Rua 14 de Julho, cruzamento com a Avenida Afonso Pena. O Obelisco data do mesmo ano: 1933, e fica na Rua José Antônio, cruzamento também com a Avenida Afonso Pena, porém, não foi demolido. A principal justificativa para a destruição do Relógio da 14 era que o monumento atravancava o “progresso” citadino, pois dificultava o trânsito, provocando lentidão, acidentes e até mesmo enfeiava o espaço citadino. Em 1970, o CE posicionou-se favorável a retirada do Relógio, dizendo: “É o progresso que está chegando, e tudo aquilo que atrapalha o progresso e o embelezamento de nossa cidade, deve ser posto por terra, a fim de que Campo Grande não pare.” O Relógio tem os seus dias contados. *CE*, Campo Grande, p. 1, 8 jan. 1970. No mês de junho do ano de 2000, por causa das comemorações do centenário do Município de Campo Grande, foi construída uma réplica do referido Relógio, localizada no canteiro central da Avenida Afonso Pena, cruzamento com a Avenida Calógeras. Porém, nem tudo é réplica. A parte interna do Relógio (ponteiros e outras peças) é a mesma do monumento destruído na década de 1970, durante a administração do sr. prefeito Antônio Mendes Canale. Aliás, a retirada do “trambolho”, para usar expressão contida em texto publicado no CE, era um dos objetivos iniciais da administração Canale, iniciada no dia 31 de janeiro de 1970. “O Relógio Público, que já prestou muitos serviços à coletividade, hoje não passa de um “traste velho” que já deixou de funcionar há muito tempo. Pode ter certeza sr. Prefeito, que a população irá aplaudir a medida que se impõe: a derrubada do velho relógio.” E o relógio? *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 jul. 1970.

<sup>60</sup> As escuras a Praça dr. Ary Coelho. *CE*, Campo Grande, p. 2, 15 maio 1971.

<sup>61</sup> Afirmo isso, sobretudo, por causa das fontes que analisei para elaborar a minha dissertação de mestrado, em especial o terceiro capítulo.

Nas décadas de 1960-70 a Praça Ary Coelho foi campo para inúmeras atividades, tanto oficiais como particulares, tanto políticas como privadas. Nela e nas ruas do seu entorno, como a Rua 14 de Julho e a Rua 13 de Maio<sup>62</sup>, passaram pessoas das mais diversas nacionalistas e de todos os Estados do Brasil, cujos objetivos eram, não pode restar indagação, os mais diversos.

Neste espaço ocorreu também a mais expressiva e popular das comemorações do movimento divisionista: a festa que brindava o “nascimento” do que posteriormente<sup>63</sup> foi chamado de Estado de Mato Grosso do Sul. Ao todo foram em torno de 50 mil os participantes: 35 mil eram “populares” e outros 15 mil pessoas “praticamente lotaram carros e caminhões.”<sup>64</sup>

A comemoração pública da divisão do Estado de Mato Grosso, da criação do Estado de MS e da escolha de Campo Grande como capital político-administrativa de uma nova Unidade Federativa ocorreu nas ruas do centro urbano, sobretudo na Rua 14 de Julho, na Praça Ari Coelho e na então Praça da República. Essa última teve sua denominação alterada para Praça Presidente Geisel, em razão deste Presidente ter criado o Estado de MS. Posteriormente tornou a ser chamada de Praça da República/Praça do Rádio.

Se por um lado “quase 1.000 matogrossenses aplaudiram o ato”<sup>65</sup> do Presidente Ernesto Geisel em Brasília-DF, no final da manhã do dia 11 de outubro de 1977, por outro, a festa comemorativa não foi feita apenas pela elite, se bem que ela encampou a viabilização material da festa, e nem ficou restrita ao período diurno.

Aproximadamente 50 mil pessoas saíram [...] (na manhã do dia 11 de outubro de 77) às ruas de Campo Grande, numa passeata monstro organizada pela *RÁDIO CULTURA* e pelo Jornal *CORREIO DO ESTADO*, para comemorem a sanção, pelo presidente Geisel, da Lei Complementar que criou o Estado do Mato Grosso do Sul com Capital em Campo Grande. Calculou-se em 35 mil o número de populares que, cantando, sambando e gritando “Mato Grosso do Sul! Mato Grosso do Sul!” percorreram as ruas 14 de Julho (a principal), Avenida Mato Grosso, 13 de Maio e Barão do Rio Branco até atingir a Praça “Presidente Ernesto Geisel”. Outras 15 mil pessoas praticamente lotaram carros e caminhões. Milhares de foguetes foram disparados e toda a cidade foi tomada por um clima extremamente festivo.<sup>66</sup>

---

<sup>62</sup> “Também foram muitas e memoráveis as passeatas que percorriam a 14 de Julho até a Avenida Mato Grosso, passando pela 13 de Maio e terminando na Avenida Afonso Pena. Das concentrações na Praça Ary Coelho, quem não se recorda?” (BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 146).

<sup>63</sup> O nome inicial, embora provisório, dado pelo Governo Federal para o território que deixara de fazer parte do Estado de Mato Grosso era “Estado de Campo Grande”. BITTAR, op. cit., 1999, p. 135.

<sup>64</sup> Passeata da Divisão leva 50 mil campograndenses às ruas. *CE*, Campo Grande, p. 3, 12 out. 1977.

<sup>65</sup> Nasceu Mato Grosso do Sul. *CE*, Campo Grande, p. 1, 12 out. 1977. Detalhe: consta no jornal deste dia a sigla do novo Estado: MTS.

<sup>66</sup> Passeata da Divisão..., op. cit., 1977.

A noite da cidade de Campo Grande também contribuiu para tal festa: até por volta das 22 horas havia pessoas comemorando a “Festa da Divisão”, tal qual o evento foi intitulado pelo CE.<sup>67</sup> Depois deste horário, o evento ficou

[...] restrito a alguns grupos isolados, que, embalados, preferiram manter a comemoração por mais algum tempo. Centenas de caixas de foguetes foram distribuídas e Campo Grande, mais uma vez, viveu momentos ruidosos e um clima bastante alegre.<sup>68</sup>

Embora as menções ao povo comum que territorializava o mesmo espaço público do centro da cidade fosse mais pulverizada nas matérias do CE, torna-se vital afirmar que as “pessoas comuns”, como migrantes e trabalhadores informais ou desempregados sazonais, também ocupavam o centro de Campo Grande.

Tais sujeitos viviam neste espaço diuturnamente. Nele dormiam, acordavam, higienizavam-se, esmolavam, furtavam, roubavam, pediam comida e roupas, trabalhavam, faziam sexo, brincavam com animais, xingavam e até tentavam agredir alguns transeuntes. Portanto, pode-se dizer que o povo comum em questão ocupou o espaço público do centro da cidade de Campo Grande de forma muito sistemática e constante.<sup>69</sup>

Nem mesmo a ação das autoridades públicas, não raro violentas e ilegais, sobretudo na década de 1970, e das privadas tirou-os deste local, até mesmo porque todo o dia chegavam cerca de 50 novos migrantes na cidade, assim como outros tantos saíam em busca de uma “vida melhor”, muitos ocupados por trabalhos sazonais no interior do Estado.<sup>70</sup>

Pouco mais de um ano após o 11 de outubro de 77 este mesmo espaço público do centro da cidade de Campo Grande, sempre territorializado por “pessoas comuns”, esteve outra vez tomado por comemoração “histórica” na qual grande parte da elite política do outrora sul de Mato Grosso esteve engajada durante décadas: o início da viabilização política e administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul, já que desde outubro de 77 ele era uma realidade legal.

Na Praça da República, naquela época chamada de Praça Presidente Geisel, houve culto ecumênico, distribuição de programa sobre o evento, chapéus com as cores da bandeira do novo Estado, banda municipal, desfile cívico-militar que contou com a participação de pessoas de diversas colônias estrangeiras radicadas em Campo Grande, espetáculo pirotécnico e até mesmo integrantes de uma escola de samba vindos do Estado do Rio de Janeiro. Vejamos como o CE noticiou este momento, cujos festejos foram realizados integralmente durante o período noturno:

---

<sup>67</sup> Carnaval encerra Festa da Divisão. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 out.1977.

<sup>68</sup> Carnaval encerra Festa..., op. cit., 1977.

<sup>69</sup> Ver o segundo e o terceiro capítulos da minha dissertação.

<sup>70</sup> MORO, op. cit., 2007, p. 276.

Com um culto religioso, que contou com a participação de autoridades religiosas de todas as igrejas, inclusive o Arcebispo de Campo Grande, D. Antônio Barbosa, a grande festa da criação do Mato Grosso do Sul foi iniciada exatamente às 23,30 horas. Cerca de 15 mil pessoas foram até a Avenida Afonso Pena, defronte à Praça Ernesto Geisel e comemoraram juntas o nascimento do Mato Grosso do Sul e a passagem do Ano Novo com muita alegria, abraços e beijos. Às 23 horas de domingo, a Banda Marcial da Prefeitura encabeçou um desfile do qual participaram representantes das colônias portuguesa, árabe, japonesa e paraguaia, com quase todos vestidos tipicamente e trazendo uma mensagem de saudação ao novo Estado. Vinte e cinco minutos depois, de mãos dadas com sua filha Vera o governador Harry Amorim Costa subiu ao palanque armado na Avenida Afonso Pena, saudando o povo. Junto, chegaram todos os secretários e respectivas esposas, além de autoridades e convidados especiais. Cinco minutos depois, era iniciado o culto religioso que foi acompanhado pela grande massa popular, que trazia um pequeno programa distribuído com antecedência e tinham chapéus nas cores da bandeira do Mato Grosso do Sul, além de ter às mãos milhares de pequenas bandeirinhas distribuídas, em sua maioria, por empresas particulares que deram, assim, sua parcela de colaboração à grandiosa festa. O culto religioso foi encerrado às 23,56 horas [...].<sup>71</sup>

Com a chegada do Ano Novo, e com ele o “nascimento” do Estado de Mato Grosso do Sul, houve queima de fogos no centro da cidade e, depois, samba.

O espetáculo pirotécnico foi iniciado [...], de rara beleza e prendeu as atenções de todos. E logo depois veio a ala da Escola de Samba Beija-Flor, de Nilópolis, que fez uma apresentação efetivamente excelente. A grande festa foi encerrada à 1,30 hora da madrugada do novo ano [...].<sup>72</sup>

Além destas territorializações, havia pessoas em busca de maior liberdade política e sindical, existiam também sujeitos em busca de trabalho/emprego, indivíduos procurando transformar o espaço público do centro em local de moradia, pessoas catando alimentos para comer e coletando materiais que pudessem ser vendidos. Outros buscavam tornar tal ambiente livre de tais “pessoas comuns”, ou ao menos amainar a presença delas, pois pensavam que as mesmas denegriam a imagem da cidade. Sem dúvida, histórias de difícil externalização. Porém, jamais histórias irreais.

Em razão disso, tais assuntos requerem outras pesquisas, outros textos, outras análises e mais detalhadas reflexões e diálogos para que se possa melhor compreender o cotidiano noturno outrora existente no centro da cidade de Campo Grande, atual capital política e administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Local que embora já

<sup>71</sup> Em praça pública, 15 mil pessoas viram o Mato Grosso do Sul nascer. *CE*, Campo Grande, p. 9, 3 jan. 1979.

<sup>72</sup> Em praça pública..., op. cit., 1979.

tenha diversos escritos, carece de inúmeros outros, em especial de escritos que externem as ações do povo comum, nesse caso, fruto direto da modernização agrícola que se deu no campo brasileiro nas décadas de 1960 e de 1970, sobretudo via políticas empreendidas pelos governos federais, em particular os militares.

*Artigo recebido em 23 de abril de 2012.*

*Aprovado em 11 de novembro de 2012.*